

Paul Ricoeur

# TEORIA DA INTERPRETAÇÃO

O DISCURSO E O EXCESSO  
DE SIGNIFICAÇÃO

Título original: Interpretation Theory: discourse and the surplus of meaning

© 1976 by Texas Christian University Press

Tradução de Artur Morão

Capa

Depósito legal n.º 18296/87

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa  
por Edições 70, Lda.

EDIÇÕES 70, LDA. Av. Elias Garcia, 81, r/c — 1000 LISBOA  
Telefs. 76 27 20 / 76 27 92 / 76 28 54

Fax: 761736

Telex: 64489 TEXTOS P

DELEGAÇÃO NO NORTE:

EDIÇÕES 70, LDA. - Rua da Rasa, 173 — 4400 VILA NOVA DE GAIA  
Telef. 370 19 12/3

NO BRASIL:

EDIÇÕES 70, BRASIL LTDA. - Rua São Francisco Xavier, 224-A (Tijuca)  
CEP 20550 RIO DE JANEIRO RJ  
Telef. 284 29 42  
Telex 40385 AMLJ B

Esta obra está protegida pela Lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à Lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

 Edições 70

## INTRODUÇÃO

Os quatro ensaios que constituem este volume baseiam-se em e ampliam as conferências que fiz na Texas Christian University de 27 a 30 de Novembro de 1973 como suas conferências centenárias. Podem ler-se ou como ensaios separados, ou também como aproximações graduais de uma solução para um problema singular, o de compreender a linguagem ao nível de produções como poemas, narrativas e ensaios, quer sejam literários ou filosóficos. Por outras palavras, o programa central que está em jogo nos quatro ensaios é o das obras; em particular, o da linguagem como *obra*.

Uma completa apreensão deste problema não se consegue antes de chegar ao quarto ensaio, que se ocupa de duas atitudes aparentemente antagónicas que podemos assumir ao lidar com a linguagem enquanto obra; quero dizer, o conflito aparente entre a explicação e compreensão. Creio, porém, que tal conflito é apenas aparente e que pode vencer-se se for possível mostrar que as duas atitudes se relacionam dialecticamente entre si. Daí, pois que o horizonte das minhas lições seja constituído por essa dialéctica.

Se se puder dizer que a dialéctica entre a explicação e a compreensão fornece a referência última das minhas observações, o primeiro passo a tomar nesta direcção deve ser decisivo: devemos transpor o limiar para lá do qual a linguagem se apresenta como *discurso*. Por conseguinte, o tópico do primeiro ensaio é o da linguagem como discurso mas, na medida em que só a linguagem escrita ostenta plenamente os critérios do discurso, uma segunda concerne à amplitude das mudanças que afectam o discurso quando já não é falado, mas escrito. Daí o título do meu segundo ensaio, "Fala e Escrita".

A teoria do texto que emerge desta discussão é apresentada mais à frente com a questão da *plurivocidade*, que pertence não só às palavras (polissemia), ou mesmo a frases (ambiguidade), mas a obras inteiras de discurso como poe-

mas, narrativas e ensaios. O problema da plurivocidade, discutido no terceiro ensaio, fornece a transição decisiva para o problema da interpretação, redigido pela dialéctica da explicação e da compreensão, que, como indiquei, é o horizonte de todo este conjunto de ensaios.

Desejo expressar a minha gratidão e o meu obrigado aos elementos da Texas Christian University pela oportunidade que me ofereceram de dar as lições que formam a base desta obra e também pela sua graciosa hospitalidade, durante a minha estadia ali. Foi para mim muito aprazível poder contribuir para a celebração do seu centenário.

mesma frase, isto é, o mesmo sentido, pode ou não referir-se, dependendo das circunstâncias ou da situação de um acto de discurso (7). Nenhuma característica interna, independente do uso de uma frase, constitui um critério fidedigno da denotação. Por conseguinte, a dialéctica de sentido e referência não é de todo irrelacionada com a dialéctica anterior de evento e significação. Referir é o uso que a frase faz numa certa situação e em conformidade com um certo uso. É, pois, o que o locutor faz quando aplica as suas palavras à realidade. Que alguém se refira a algo num certo tempo é um acontecimento, um evento linguístico. Mas este evento recebe a sua estrutura do significado enquanto sentido. O locutor refere-se a algo na base de ou mediante a estrutura ideal do sentido. O sentido é, por assim dizer, atravessado pela intenção de referência do locutor. Deste modo, a dialéctica de evento e significação recebe um novo desenvolvimento da dialéctica do sentido e da referência.

Mas a dialéctica de sentido e referência é tão original que pode tomar-se como uma directriz independente. Só esta dialéctica diz alguma coisa acerca da relação entre a linguagem e a condição ontológica do ser-no-mundo. A linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afectados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão em tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem.

A noção de trazer a experiência é a condição ontológica da referência, uma condição ontológica reflectida dentro da linguagem como um postulado que não tem justificação imanente; o postulado segundo o qual pressupomos a existência de coisas singulares que identificamos. Pressupomos que algo deve existir para que algo se possa identificar. A postulação da existência como base de identificação é o que Frege, em última análise, quis dizer quando afirmou que não nos satisfazemos apenas com o sentido, mas pressupomos uma referência (8). E esta postulação é tão necessária que devemos acrescentar uma prescrição específica, se desejamos referir-nos a entidades ficcionais como as personalidades de uma novela ou de uma peça de teatro. Esta regra adicional de suspensão confirma que a função de identificação singular suscita de um modo originário uma questão legítima de existência.

Mas este apontar intencional para o extralinguístico basear-se-ia num mero postulado e permaneceria um salto discutível para além da linguagem se a exteriorização não fosse a contrapartida de um movimento prévio e mais originário, que começa na experiência do ser-no-mundo e avança desde a sua condição ontológica para a sua expressão na linguagem. É porque existe primeiramente algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer à linguagem que, inversamente, a linguagem não se dirige apenas para significados ideais, mas também se refere ao que é.

Como disse, esta dialéctica é tão fundamental e tão originária que ela poderia dominar toda a teoria da linguagem enquanto discurso e fornecer-lhe mesmo uma reformulação da dialéctica nuclear de evento e significação. Se a linguagem não fosse fundamentalmente referencial, seria ou poderia ela ser significativa? Como poderíamos saber que um signo está em vez de alguma coisa, se não recebesse a sua direcção para algo em cujo lugar está em virtude do seu uso no discurso? Por fim, a semiótica aparece como uma mera abstracção da semântica. E a definição semiótica do signo enquanto diferença interna entre o significante e o significado pressupõe a sua definição semântica como referência à coisa, em cujo lugar está. Assim, a definição mais concreta de semântica é a teoria que relaciona a constituição interna ou imanente do sentido à intenção exterior ou transcendente da referência.

A significação universal do problema da referência é tão ampla que mesmo o significado do locutor se tem de exprimir na linguagem da referência enquanto auto-referência do discurso, isto é, como a designação do seu locutor pela estrutura do discurso. O discurso refere-se ao seu locutor ao mesmo tempo que se refere ao mundo. Esta correlação não é fortuita, porque ultimamente é o locutor que, ao falar, se refere ao mundo. O discurso na acção e no uso tem uma referência retrógrada ou anteretrógrada ao locutor e ao mundo.

Tal é o critério último da linguagem como discurso.



### Algumas Implicações Hermenêuticas

É possível, mesmo no estágio inicial da nossa indagação, antecipar algumas implicações da análise precedente para a nossa teoria da interpretação.



Dizem sobretudo respeito ao uso e ao abuso do conceito de evento linguístico na tradição romântica da hermenêutica. A hermenêutica, tal como deriva de Schleiermacher e Dilthey, tendeu a identificar a interpretação com a categoria de “compreensão” e a definir a compreensão como o reconhecimento da intenção de um autor do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso.

A prioridade concedida à intenção do autor e ao auditório original tendia, por seu turno, a fazer do diálogo o modelo de toda a situação de compreensão, por conseguinte, a impor o enquadramento da intersubjectividade sobre a hermenêutica. Compreender um texto é, pois, apenas um caso particular da situação dialógica em que alguém responde a mais alguém.

Esta concepção psychologizante da hermenêutica teve uma grande influência na teologia cristã. Alimentou as teologias da Palavra-Evento, para as quais o acontecimento por excelência é um evento linguístico e este evento linguístico é o querigma (*kerygma*), a pregação do Evangelho. O significado do evento original dá testemunho de si mesmo no acontecimento presente pelo qual o aplicamos a nós mesmos num acto de fé.

Esforço-me aqui por impugnar os pressupostos desta hermenêutica a partir de uma filosofia do discurso a fim de libertar a hermenêutica dos seus preconceitos psychologizantes e existenciais. Mas o meu objectivo não é opor a esta hermenêutica, baseada na categoria do evento linguístico, uma hermenêutica que seria apenas o seu oposto, como seria uma análise estrutural do conteúdo proposicional dos textos. Uma tal hermenêutica sofreria da mesma unilateralidade não dialógica. Os pressupostos de uma hermenêutica psychologizante — como os da sua hermenêutica antagónica — provêm de um duplo mal-entendido que leva, por sua vez, a atribuir uma tarefa errónea à interpretação, uma tarefa que se exprime bem no famoso *slógan* “compreender um autor melhor do que ele a si mesmo se compreendeu”. Por conseguinte, o que está em jogo nesta discussão é a definição correcta da tarefa hermenêutica.

Não pretendo dizer que o presente ensaio baste por si mesmo para eliminar todo o mal-entendido. Sem uma investigação específica da escrita, uma teoria do discurso ainda

não é uma teoria do texto. Mas, se conseguirmos mostrar que um texto escrito é uma forma de discurso, discurso sob a forma de inscrição, então, as condições da possibilidade do discurso são também as do texto. Como mostrou a nossa discussão destas condições, a noção de evento linguístico não está cancelada, antes se encontra submetida a uma série de polaridades dialécticas condensadas no duplo título de evento e significação e de sentido e referência. Tais polaridades dialécticas permitem-nos antecipar que os conceitos de intenção e diálogo não se devem excluir da hermenêutica, mas devem antes libertar-se da unilateralidade de um conceito não dialéctico de discurso.

Deste modo, o presente ensaio, é, se não o cerne de toda a série, pelo menos verdadeiramente o ensaio *inicial*, no sentido forte da palavra.



des analíticas: descontinuidade, número finito e poder combinatorio. O triunfo do alfabeto fonético nas culturas ocidentais e a subordinação aparente da escrita à fala, que deriva da dependência das letras relativamente aos sons, não deve, porém, fazer-nos esquecer as outras possibilidades da inscrição, expressas pelos pictogramas, hieróglifos e, acima de tudo, pelos ideogramas, que representam uma inscrição directa dos significados do pensamento e que podem ler-se diferentemente em idiomas diferentes. Estes outros tipos de inscrição exibem um carácter universal da escrita, igualmente presente na escrita fonética, mas que a dependência em relação aos sons tenderia a dissimular: a estrutura espacial não só do suporte, mas também das próprias marcas, da sua forma, posição, distância mútua, ordem e disposição linear. A transferência do ouvir para o ler está fundamentalmente ligada à transferência das propriedades temporais da voz para as propriedades espaciais das marcas inscritas. Esta espacialização geral da linguagem é completa com o aparecimento da imprensa. A visualização da cultura começa com a privação do poder da voz na proximidade da presença mútua. Os textos impressos atingem o homem na solidão, longe das cerimónias que reúnem a comunidade. As relações abstractas, as telecomunicações no sentido próprio da palavra, conectam os membros espalhados de um público invisível.

Tais são os instrumentos materiais da iconicidade da escrita e da transcrição da realidade mediante a inscrição externa do discurso.



### Inscrição e Distanciamento Produtivo

Estamos agora preparados para um passo final. Levar-nos-á a descobrir no próprio processo da interpretação a justificação última da exteriorização do discurso.

O problema da escrita torna-se um problema hermenêutico quando se refere ao seu pólo complementar, que é a leitura. Surge então uma nova dialéctica, a da distância e apropriação. Por apropriação entendo a contrapartida da autonomia semântica, que separou o texto do seu escritor. Apropriar-se é fazer “seu” o que é “alheio”. Porque existe uma necessidade geral de fazer nosso o que nos é estranho,

há um problema geral de distância. A distância não é, pois, simplesmente um facto, um dado, o efectivo hiato espacial e temporal entre nós e o aparecimento de tal e tal obra de arte ou de discurso. É um traço dialéctico, o princípio de uma luta entre a alteridade, que transforma toda a distância espacial e temporal em alienação cultural, e a ipseidade, pela qual toda a compreensão visa a extensão da autocompreensão. A distância não é um fenómeno quantitativo; é a contrapartida dinâmica da nossa necessidade, do nosso interesse e esforço em superar a alienação cultural. O escrever e o ler tomam lugar nesta luta cultural. A leitura é o *pharmakon*, o “remédio” pelo qual a significação do texto é “resgatada” do estranhamento da distância e posta numa nova proximidade, proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade.

Esta problemática geral está profundamente radicada na história do pensamento e na nossa situação ontológica.

Falando historicamente, o problema que estou a elaborar é a reformulação de um problema a que o Iluminismo do século XVIII deu a sua primeira formulação moderna por causa da filologia clássica: como tornar mais uma vez presente a cultura da antiguidade, não obstante a intervenção da distância cultural. O Romantismo alemão deu um giro dramático a este problema perguntando: como podemos nós tornar-nos contemporâneos dos génios passados? De um modo mais geral, como deve alguém utilizar as expressões de vida fixas pela escrita a fim de se transferir para uma vida psíquica estranha? O problema surgiu de novo após o colapso da pretensão hegeliana de superar o historicismo pela lógica do Espírito Absoluto. Se não existe nenhuma recapitulação dos legados culturais passados num todo omni-englobante, liberto da unilateralidade dos seus componentes parciais, então a historicidade da transmissão e da recepção de tais legados não se pode vencer. Por conseguinte, a dialéctica da distância e apropriação é a última palavra na ausência de um conhecimento absoluto.

Esta dialéctica pode, pois, expressar-se como a da tradição enquanto tal, entendida como a recepção de legados culturais historicamente transmitidos. Uma tradição não suscita problemas filosóficos enquanto nela vivemos e habitamos, na ingenuidade da primeira certeza. A tradição só se torna pro-



blemática quando a primeira ingenuidade se perde. Temos, então, de recuperar o seu significado através e para além da alienação. Doravante, a apropriação do passado prossegue ao longo de uma luta interminável com a distanciação. A interpretação, entendida filosoficamente, nada mais é do que uma tentativa de tornar produtivas a alienação e a distanciação (6).

Confrontada com o pano de fundo da dialéctica da distanciação e apropriação, a relação entre a escrita e a leitura acede ao seu sentido mais fundamental. Ao mesmo tempo, os processos dialécticos parciais, descritos separadamente na secção primeira deste ensaio, no seguimento do modelo de comunicação proposto por Jakobson, fazem sentido como um todo.

Será a tarefa de uma discussão aplicada aos conceitos controversos de explicação e compreensão apreender como um todo os paradoxos do sentido autoral e da autonomia semântica, do endereçado pessoal e do auditório universal, da mensagem singular e dos códigos literários típicos, e da estrutura imanente e do mundo exibido pelo texto; discussão que empreenderei no meu quarto ensaio.



### 3

## METÁFORA E SÍMBOLO

Este terceiro ensaio intercala-se entre as palavras finais do ensaio precedente e a discussão decisiva dos conceitos de explicação e compreensão, que se proporá no seguinte por duas razões específicas, as quais dizem respeito à extensão do campo da teoria da interpretação.

A primeira razão concerne ao funcionamento da significação das obras da literatura enquanto opostas às obras científicas, cujas significações se devem tomar literalmente. A questão aqui é se o excesso de sentido, característico das obras literárias, é uma parte da significação ou se deve entender-se como um factor externo, que é não cognitivo e simplesmente emocional. Considerarei a metáfora como a pedra de toque do valor cognitivo das obras literárias nas observações que se seguem. Se pudermos incorporar o excesso de sentido das metáforas no domínio da semântica, conseguiremos então dar à teoria da significação verbal a sua maior extensão possível.

Mas é a significação verbal toda a significação? Não existe aí um excesso de sentido que vai além do signo linguístico? Nos dois primeiros escritos, especialmente na *Simbólica do Mal* e *Da Interpretação* (1), defini directamente a hermenêutica mediante um objecto que parecia ser tão amplo e tão preciso quanto possível, isto é, o símbolo. No tocante ao símbolo, defini-o em seguida mediante a sua estrutura semântica de duplo sentido. Hoje, estou menos certo de se poder abordar o problema assim tão directamente, sem primeiro se ter tomado em consideração a linguística. Parece-me agora que, no interior do símbolo, há algo de não semântico e também algo de semântico, e tentarei justificar esta afirmação no início da segunda parte do presente ensaio. Mas, supondo por agora que tenho razão, segue-se que uma melhor hipótese seria abordar o símbolo em termos de uma estrutura de duplo sentido, que não é uma estrutura puramente semântica; como veremos, é o que acontece com a metáfora. Mas se a

## CONCLUSÃO

Para concluir o último ensaio e toda a série de ensaios, quero agora regressar ao problema levantado no final da segunda conferência acerca da dialéctica de distanciação e apropriação. Semelhante dialéctica tem um harmónico existencial. A distanciação significava, antes de mais, estranhamento e a apropriação visava-se como o “remédio” que podia “resgatar” heranças culturais do passado da alienação da distância. Esta permuta entre distância e proximidade definia a historicidade da interpretação na ausência de qualquer conhecimento absoluto hegeliano. Mas, ao mesmo tempo, eu defendi um conceito de distanciação produtiva, segundo o qual a condição da distância cultural se transformaria num instrumento epistemológico. Mas, como pode a distância tornar-se produtiva?

A dialéctica de explicação e compreensão pode fornecer uma resposta, na medida em que constitui a dimensão epistemológica da dialéctica existencial. Como base em tal dialéctica, a distância produtiva significa distanciação metodológica.

Esta distanciação metodológica activa encontra uma expressão apropriada na tendência geral da crítica literária e da crítica bíblica, a ponto de se entregar à reacção anti-historicista influenciada por Frege e Husserl — pelo menos o Husserl das *Investigações Lógicas*. O que se rotulou de “historicismo” é o pressuposto epistemológico de que o conteúdo das obras literárias e, em geral, dos documentos culturais recebe a inteligibilidade da sua conexão com as condições sociais da comunidade que o produziu ou a que se destinava. Explicar um texto significa, pois, primariamente considerá-lo como a expressão de certas necessidades socioculturais e como uma resposta a certas perplexidades bem localizadas no espaço e no tempo.

A réplica “logicista” semelhante a “historicismo” proveio de uma refutação racional do pressuposto epistemológico do



historicismo. Para Frege e Husserl, um “significado” (e eles tinham em mente não o sentido de um texto, mas de uma frase) não é uma ideia que alguém tenha na sua mente, não é um conteúdo psíquico, mas um objecto ideal que pode ser identificado e reidentificado por diferentes indivíduos em tempos diferentes como um só e o mesmo. Por idealidade queriam eles dizer que o sentido de uma proposição não é nem uma realidade física nem psíquica. Nos termos de Frege, *Sinn* não é *Vorstellung*, se chamarmos *Vorstellung* (ideia, representação) ao evento mental associado à actualização do sentido por um dado locutor numa dada situação. A identidade do sentido na série infinita das suas actualizações mentais constitui a dimensão ideal da proposição.

De um modo semelhante, Husserl descreveu o conteúdo de todos os actos intencionais como objectivos noemáticos, irreduzíveis ao lado psíquico dos próprios actos. A noção de um *Sinn* ideal tirado de Frege foi assim estendido por Husserl a todas as realizações psíquicas, não só aos actos lógicos, mas também aos actos perceptivos, volitivos e emocionais. Para uma fenomenologia objectiva, todo o acto intencional sem excepção se deve descrever pelos seus lados noemáticos enquanto correlato de um acto noético correspondente.

Esta inversão na teoria dos actos proposicionais tem implicações importantes para a hermenêutica, porquanto tal disciplina é entendida como a teoria da fixação das expressões vitais pela escrita. Após 1900, o próprio Dilthey fez os maiores esforços por introduzir na sua teoria da significação o tipo de idealidade que encontrara nas *Investigações Lógicas* de Husserl. Nas últimas obras de Dilthey, a conexão interna (*Zusammenhang*), que dá a um texto ou a uma obra de arte ou a um documento a capacidade de ser compreendida por outra pessoa e de ser fixada pela escrita é algo de semelhante à idealidade que Frege e Husserl reconheceram como o sentido de uma proposição. Se esta comparação se mantém, então o acto do *verstehen* é menos *geschichtlich* e mais *logisch* do que o famoso artigo de 1900, *Die Entstehung der Hermeneutik*, afirmara que era <sup>(13)</sup>. Toda a teoria das *Geisteswissenschaften* foi afectada por este importante deslocamento.

Em correspondência com esta inversão da historicidade em logicidade na explicação geral das expressões culturais, podemos assinalar um movimento similar no campo da crítica

literária, tanto na América como no continente europeu. Aos anteriores excessos de explicações psicológicas e sociológicas seguiu-se uma onda de “anti-historicismo”. Para a nova atitude explicativa, um texto não é primordialmente uma mensagem dirigida a um âmbito específico de leitores e, neste sentido, não é um segmento numa cadeia histórica; na medida em que é um texto, constitui uma espécie de objecto atemporal que, por assim dizer, cortou os seus laços com todo o desenvolvimento histórico. O acesso à escrita implica a superação do processo histórico, a transferência do discurso para uma esfera de idealidade que permite um alargamento indefinido da esfera da comunicação.

Devo confessar que tomo em consideração nos meus próprios esforços esta tendência anti-historicista e que concordo com o seu pressuposto principal, em relação à objectividade da significação em geral.

Primeiramente, está em consonância com os principais conceitos do presente estudo: a autonomia semântica do discurso escrito e a existência autónoma da obra literária fundam-se, em última análise, na objectividade da significação do próprio discurso oral. Em segundo lugar, o anti-historicismo é o pressuposto implícito dos procedimentos “explicativos” aplicados pela crítica literária e pela crítica bíblica, mais ou menos sob a influência do estruturalismo. Confrontado com o fundo da dialéctica entre a explicação e compreensão, o conceito existencial de distanciação recebe um desenvolvimento epistemológico. O texto — objectivado e desistoricizado — torna-se a mediação necessária entre o escritor e o leitor.

O conceito existencial de apropriação não é menos enriquecido pela dialéctica entre a explicação e a compreensão. De facto, nada deve perder da sua força existencial. “Apropriar-se” do que antes era “estranho” permanece o objectivo último de toda a hermenêutica. A interpretação no seu último estágio quer igualizar, tornar contemporâneo, assimilar, no sentido de tornar semelhante. Este objectivo consegue-se na medida em que a interpretação actualiza a significação do texto para o leitor presente.

A apropriação permanece o conceito para a actualização do sentido enquanto endereçado a alguém. Potencialmente, um texto dirige-se a quem quer que possa ler. Na realidade,

é-me dirigido a mim, *hic et nunc*. A interpretação é levada a cabo como apropriação, quando a leitura produz algo de semelhante a um evento, um evento do discurso, que é um evento no momento presente. Enquanto apropriação, a interpretação torna-se um acontecimento.

Mas o conceito de apropriação necessita de uma contrapartida crítica, que só o conceito de compreensão pode trazer. Sem tal complemento epistemológico, a apropriação está em perigo de ser erradamente concebida e isso pode acontecer de diversas maneiras.

Segundo o primeiro equívoco, a apropriação surge como um retorno à exigência romântica de uma coincidência "congenial" com o "génio" do autor. Um regresso à análise central do ensaio presente basta para nos impedir de aceitarmos este preconceito hermenêutico. Efectivamente, o que é que num texto se deve compreender — e, por conseguinte, apropriar?

Não é a intenção do autor, que se encontra supostamente oculta por detrás do texto; não é a situação histórica comum ao autor e aos seus leitores originais; não são as expectativas ou sentimentos desses leitores originais; nem sequer a autocompreensão que de si tinham como fenómenos históricos e culturais. Aquilo de que importa apropriar-se é o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como a direcção do pensamento aberta pelo texto. Por outras palavras, aquilo de que importa apropriar-se nada mais é do que o poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto. Desta maneira, estamos o mais longe possível do ideal romântico de coincidir com uma psique alheia. Se se pode dizer que coincidimos com alguma coisa não é com a vida interior do outro ego, mas com o desvelamento de um modo possível de olhar para as coisas, que é o genuíno poder referencial do texto.

O laço entre o desvelamento e a apropriação é na minha opinião, a pedra angular de uma hermenêutica que pretenda superar as deficiências do historicismo e permanecer fiel à intenção original da hermenêutica de Schleiermacher.

Compreender um autor melhor do que ele a si próprio se poderia entender é exhibir o poder de desvelamento implicado no seu discurso para além do horizonte limitado da sua própria situação existencial. O processo de distanciação, de atemporalização, a que associei a fase da *Erklärung*, é o pres-

suposto fundamental para o alargamento do horizonte do texto.

Neste sentido, a apropriação nada tem a ver com qualquer tipo de apelo de pessoa a pessoa. Aproxima-se antes do que Hans Georg Gadamer chama a fusão de horizontes (*Horizontverschmelzung*): o horizonte do mundo do leitor funde-se com o horizonte do mundo do escritor. E a idealidade do texto é o vínculo mediador neste processo de fusão de horizontes.

De acordo com um segundo equívoco, a tarefa hermenêutica deveria reger-se pela compreensão do endereçado original do texto. Semelhante tarefa é, como convincentemente demonstrou Gadamer, concebida de um modo totalmente errado. As cartas de Paulo não são menos dirigidas a mim do que aos Romanos, aos Gálatas, aos Coríntios e aos Efésios. Só o diálogo tem um "tu", cuja identificação precede o discurso. O sentido de um texto está aberto a quem quer que possa ler. A omnitemporalidade da significação é o que a abre a leitores incógnitos. Por isso, a historicidade da leitura é a contrapartida desta omnitemporalidade específica; porque o texto se subtraiu ao seu autor e à sua situação, subtraiu-se igualmente ao seu endereçado original. Por conseguinte, pode para si providenciar novos leitores. O alargamento do âmbito, de leitores é a consequência da transposição inicial do primeiro evento para a universalidade do sentido. Nesta acepção, a escrita é a mediação paradigmática entre dois eventos-palavra: um evento-palavra gera um novo evento-palavra com a condição de superar o evento na universalidade do sentido; só esta universalidade pode gerar novos eventos de discurso.

Segundo um terceiro equívoco, a apropriação do sentido de um texto por um leitor efectivo colocaria a interpretação sob o império das capacidades finitas da compreensão deste leitor. Semelhante objecção fez-se muitas vezes contra todas as variedades de hermenêutica "existencial". Contrapôs-se ao conceito heideggeriano de *Vorverständnis* e à reformulação do "círculo hermenêutico" de Bultmann. Se devemos "crer" para "compreender", então não há diferença alguma entre a pré-compreensão e a mera projecção dos nossos preconceitos.

A tradução de *Aneignung* por apropriação reforça esta desconfiança: não estamos a pôr o sentido do texto sob o

poder do sujeito que o interpreta? Tal objecção pode eliminar-se se nos lembrarmos de que o que se faz “apropriação nossa” não é algo de mental, não é a intenção de outro sujeito, presumivelmente escondido por trás do texto, mas o projecto de um mundo, a proposição de um modo do ser no mundo, que o texto desvela diante de si mesmo, mediante as suas referências não ostensivas. Em vez de afirmar que um sujeito já senhor do seu próprio modo de estar-no-mundo projecta o — *priori* da sua autocompreensão no texto e a julga descobrir no texto, digo que a interpretação é o processo pelo qual o desvelamento de novos modos de ser — ou, se preferirmos Wittgenstein a Heidegger, de novas formas de vida — proporciona ao sujeito uma nova capacidade de a si mesmo se conhecer. Se a referência do texto é o projecto de um mundo, então, não é o leitor que primeiramente a si mesmo se projecta. O leitor é antes alargado na sua capacidade de autoprojecção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser.

A apropriação deixa assim de surgir como uma espécie de posse, como um modo de agarrar as coisas; implica antes um momento de despojamento do ego egoísta e narcisista. Este processo de despojamento é obra do tipo de universalidade e temporalidade realçada nos procedimentos explicativos. E, por seu turno, semelhante universalidade está ligada ao poder desvelante do texto como distinto de qualquer tipo de referência ostensiva. Só a interpretação que obedece à injunção do texto, que segue a “flexa” do sentido e que tenta pensar em conformidade com ela, inicia uma nova autocompreensão. Nesta autocompreensão, eu oporia o Si mesmo, que parte da compreensão do texto, ao ego, que pretende precedê-lo. É o texto, com o seu poder universal de desvelamento de um mundo, que fornece um Si mesmo ao ego.

## NOTAS

### ENSAIO 1

- (1) Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale* (Paris: Payot, 1971).
- (2) V. Propp, *Morphology of the Folktale* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1958).
- (3) Edmund Husserl, *Logical Investigations*, trad. J.N. Findlay (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1970), 2 vols.
- (4) Este ponto foi relevado convincentemente por Paul Grice. Ver o seu “Meaning”, *Philosophical Review*, 66 (1957): 377-88; “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning, and World-Meaning”, *Foundations of Language*, 4 (Agosto 1968): 225-45; “Utterer’s Meaning and Intentions”, *Philosophical Review*, 78 (1969): 147-77.
- (5) John Searle, *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 1969).
- (6) G. Frege, “On Sense and Reference”, trad. Max Black, in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Peter Geach e Max Black (eds.) (Oxford: Basil Blackwell, 1970), pp. 56-78.
- (7) P. F. Strawson, “On Referring”, *Mind*, 59 (1950): 320-44. Ver também Bertrand Russell, “On Denoting”, *Mind*, 14 (1905): 479-93, reimpresso in *Logic and Knowledge: Essays 1901-1950* (Londres: George Allen & Unwin, 1956), pp. 39-56.
- (8) Frege, *op. cit.*, p. 61; ver também p. 63.

### ENSAIO 2

- (1) Jacques Derrida, *La voix et le phénomène* (Paris: Presses Universitaires de France, 1967); *L’écriture et la différence* (Paris: Seuil, 1967); *De la grammatologie* (Paris: Les Editions de Minuit, 1967); “La Mythologie blanche”, *Rhétorique et philosophie, Poétique*, 5 (1955); reimpresso in *Marges de la philosophie* (Paris: Les Editions de Minuit, 1972), pp. 247-324.
- (2) In T. A. Sebeok (ed.), *Style in Language* (Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1960), pp. 350-377.
- (3) Martin Heidegger, *Being and Time*, trad. John Macquarrie & Edward Robinson (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1962).
- (4) *Fedro*, 274e-277a.
- (5) François Dagognet, *Ecriture et iconographie* (Paris: Vrin, 1973).
- (6) Para uma discussão do conceito de distanciação na hermenêutica contemporânea, ver o meu artigo, “The Hermeneutical Function of Distanciation”, *Philosophy Today*, 17:2 (Verão de 1973): 129-41.